



Tribunal de Justiça de Pernambuco

17 OUT 2017

12900 IMPRESSORA 1

Rua Joaquim Nabuco, 280, Matriz, VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - PE - CEP: 55612-900

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO, 29 de setembro de 2017.

000000000000- 17:27 17/10/2017 13:27





Assinado eletronicamente por: HUGO VINICIUS CASTRO JIMENEZ  
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>  
ID do documento: 24110193



17092915523293800000023820273



**EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA  
VITORIA DE SANTO ANTÃO – PE.**

**VARA CÍVEL DA COMARCA DE**

**MARCONI DA SILVA MELO**, brasileiro, solteiro, motorista, portador da Cédula de Identidade com RG nº 7.047.951, expedida pela SDS/PE, inscrita no CPF sob o nº 071.165.074-85, residente e domiciliado no Lot. José Lemos, nº 10, Livramento, Vitória de Santo Antão/PE, CEP 55.600-000, , por suas advogadas que esta subscreve, instrumento de Mandato incluso, vem à presença de Vossa Excelência propor **AÇÃO DE COBRANÇA DE COBERTURA SECURITÁRIA DE DPVAT** em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT**, na pessoa de seu representante legal, inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04 sito à R. Senador Dantas, nº 74, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 50040-010 pelos motivos a seguir articulados.

## **I – DA JUSTIÇA GRATUITA**

Requer a V. Exa que seja deferido ao impetrante, nos termos das Leis 1060/50 e 7155/83, o benefício da gratuidade de justiça, uma vez não tendo condições de arcar com o ônus das custas processuais, bem assim honorários advocatícios, sem o prejuízo de seu sustendo, pois se encontra atualmente desempregado.

## **II – DOS FATOS**

O **AUTOR** é segurado pertinente ao seguro obrigatório (DPVAT), posto que foi vítima de acidente

de trânsito no dia **30/04/2011**, quando foi atingido por um automóvel WV Gol, que invadiu a pista na BR 232, tendo restado com **amputação de membro inferior esquerdo**.

A ação foi ajuizada por advogado, em **05/06/2012**, tendo o processo tramitado no **JECRC DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**, tombado sob o nº **0001594-26.2011.8.17.8017** com sentença de procedência, tendo a SEGURADORA LIDER sido condenada ao pagamento de **R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)**.

Não satisfeitas com o decisum ambas as partes interpuseram RECURSO INOMINADO, com o devido preparo e depósito recursal do valor integral da condenação pela RÉ.

No Egrégio Colégio Recursal, houve a reforma da sentença com a extinção do feito sem julgamento do mérito, com a devolução dos autos ao juizado de origem, e expedição de alvará, em favor da RÉ, conforme se depreende da documentação anexa.

De posse de sua documentação, tentou o **AUTOR** requerer a indenização pela via administrativa, com a negativa do pagamento, sob o argumento de que o **AUTOR** já havia recebido a integralidade do seguro, fato este que não corresponde à verdade, por que o único pagamento feito pela RÉ relativamente ao seguro do acidente sofrido pelo AUTOR foi aquele feito na seara da justiça comum especial, cujo levantamento foi feito pela RÉ, em face da extinção do processo sem apreciação do mérito no JECRC DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO, tendo os autos sido arquivados em 25/02/2014.

#### 1. I. DO DIREITO:

-

A finalidade principal do seguro em tela é estabelecer a garantia de uma indenização mínima. O pagamento resulta do simples evento danoso, tendo por base a responsabilidade objetiva das seguradoras que formam o consórcio DPVAT pelos danos pessoais que venham a causar às vítimas de trânsito, independente da apuração da culpa. Essa garantia, no caso de invalidez permanente, é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), determinado pelo Art. 8º da Lei nº. 11.482/07 e Lei nº. 11.945/09, que ampara a pretensão da presente ação, in verbis:

Art. 8º - Os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

a) (revogada);

b) (revogada);

c) (revogada);

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.” (NR).

Para o recebimento da indenização por invalidez permanente prevista no Seguro DPVAT o postulante deverá apresentar documentos capazes de demonstrar o fato, o dano dele resultante e sua qualidade de beneficiário. Essa é a exigência do art. 5º, § 1º, letra “b”, da Lei nº 6.194/74:

Art. 5º - O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos: (Parágrafo alterado pela Lei 8441/91) (...)

b) prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente no caso de danos pessoais;

**Referente à invalidez permanente do Autor, os laudos apresentados e anexados pela Autora na presente lide aponta sem titubeios que o mesmo tornou-se portadora, em razão do acidente, de debilidade permanente do membro inferior esquerdo que restou amputado.**

O seguro obrigatório – ao contrário dos demais contratos desta natureza – é regulamentado por legislação específica, sendo a indenização tarifada e insuscetível de transação. Correto, então, afirmar que as partes não podem deliberar sobre os valores especificados em lei. A rigidez da norma legal, pela especificidade do seguro em análise, tem por objetivo a proteção da parte mais fraca da relação contratual, no caso o segurado.

Logo, resta evidente que o AUTOR faz jus ao valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais) pela **amputação do membro inferior esquerdo**. Portanto, diante do exposto, a indenização a que faz jus é aquela em que prevê a Lei regulamentadora do Seguro DPVAT.

1. II. **DO REQUERIMENTO:**

EX POSITIS, requer:

I- Que seja concedido a Autora o pedido da **JUSTIÇA GRATUITA**, nos termos da Lei nº 1.060/50;

II- A citação da empresa Ré, para responder nos termos desta ação, sob pena de revelia, devendo a mesma ser condenada ao final a pagar o complemento de cobertura securitária título do seguro obrigatório DPVAT na quantia pecuniária apontada como valor da causa, desde data do prejuízo até o efetivo pagamento, acrescido de juros, correção monetária, honorários advocatícios e demais correspondentes do ônus sucumbência sobre o total apurado;

III- Por provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, tais como oitiva de testemunhas, provas periciais, sendo assim, requer o encaminhamento da parte autora para realizar perícia médica no IML (Instituto de Medicina Legal) determinado o grau da sua debilidade, documentais e as que se fizerem necessárias para o bem da verdade.

1. III. **VALOR DA CAUSA:**

Atribui-se a causa o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais)

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Vitória de Santo Antão, 08 de maio de 2017.

---



Juliana Magalhães

OAB/PE nº. 22.820



Assinado eletronicamente por: JULIANA DE ALBUQUERQUE MAGALHAES

<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 19702667



17050913102845200000019504783

